

CORPO E ESCRITA: UMA DISCUSSÃO SOBRE AUTORIA E MILITÂNCIA

Aline Fernandes de Azevedo*

Resumo:

Neste artigo, discutiremos sobre uma prática de escrita no corpo na qual a impressão de enunciados sobre a pele aparece como forma de reivindicação social e luta política. Para tanto, construímos um dispositivo de leitura e montagem de corpus que se sustenta nos pressupostos da Análise de Discurso franco-brasileira. Nosso objetivo é discutir em que medida a escrita como reivindicação do corpo próprio, presentificada em uma série de enunciados que circularam em manifestações pela humanização do parto, pode ser considerada um gesto de autoria e militância frente à medicalização e à instrumentalização do corpo da mulher.

Palavras-chave: corpo; escrita; análise de discurso; autoria; militância.

Abstract:

In this article, we've talked about a practice of writing in the body in which the printing of statements about the skin appears as a way to claim social and political struggle. For both, we have built a scanning device and assembly of corpus that is sustained in the assumptions of Discourse Analysis franco-brazilian. Our objective is to discuss to what extent the writing as a vindication of the own body, 'presentified' period in a series of propositions that circulated in demonstrations by the humanization of childbirth, can be considered an act of authorship and militancy front of medicalization and the exploitation of the female body.

Keywords: body; writing; discourse analysis; authorship; militancy.

Introdução

O corpo é feito de palavras. Carne, sangue e nervos são apenas uma fina camada visível que envolve um segredo invisível, uma estória que mora em nós. (Rubem Alves)

* Pesquisadora CAPES/PNPD no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Doutora em Linguística pela mesma instituição e mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP. E-mail: azevedo.aline@gmail.com.

Este artigo foi elaborado a partir de reflexões presentes na pesquisa de pós-doutorado “A discursividade do parto humanizado”¹, realizada no Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, durante o ano de 2014. Nela, procuramos textualizar algumas reflexões que nortearam as análises de um *corpus* híbrido composto por flagrantes de uma cena de intimidade familiar: o nascimento de uma criança. Compreendemos esses *flagrantes* (ORLANDI, 2001) como instantes em que a narratividade urbana presentificada nas redes dá a ver a disputa de significações em torno da estabilização de sentidos para o corpo da mulher e para a maternidade, em um espaço citadino sobredeterminado pelo saber urbano e pela tecnologia digital.

Neste artigo, em particular, enfatizamos a *escrita no corpo* como forma de reivindicação de si, prática discursiva que se articula ao acontecimento das “Marchas pela humanização do parto”², priorizando uma discussão sobre os procedimentos de montagem do *corpus* e sobre as posições discursivas produzidas no acontecimento das marchas, através da análise de fotografias que circulam em sites e blogs que defendem o Movimento pelo Parto Humanizado. Pretendemos, com estas análises, compreender a equivocidade inscrita no acontecimento dessas marchas, textualizado por meio de uma escrita particular que permite vislumbrar o corpo da mulher como terreno de disputa política e de luta contra técnicas e saberes que o interditam. Como nos ensinou Foucault sobre o mais “evidente e familiar” procedimento de exclusão que determina as discursividades, as interdições, “as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política” (FOUCAULT, 1996, p.9). É justamente no encontro dessas duas regiões que os movimentos sociais de reivindicação do corpo da mulher se formulam e se (des)organizam.

A especificidade da posição teórica adotada neste estudo sustenta uma definição política da prática social. Consideramos, junto à Eni Orlandi (2012), que há uma diferença significativa e significante entre movimentos sociais de movimentos da sociedade. Para a autora, movimentos da sociedade fazem parte da materialidade histórica da sociedade, são inevitáveis e tem relação com as determinações históricas, obedecendo a um regime de necessidades. Já os movimentos sociais se formulam em determinadas condições e visam certos objetivos (de grupos específicos). À diferença dos primeiros, esses são criados e moldados como necessidade de um grupo e

¹ Pesquisa financiada pela Capes através do Programa Nacional de Pós-Doutorado e supervisionada pelo Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini.

² <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2012/08/quest-post-marcha-pela-humanizacao-do.html>.

geralmente funcionam sob um regime discursivo de universalidade responsável por manter sua coesão imaginária. Assim, abordar a discursividade de um movimento social, da perspectiva da Análise de Discurso, consiste em empreender um estudo que considere os objetos ideológicos como contraditórios e paradoxais, tal como Pêcheux (2011). Isso impõe pensar que os processos de significação se inscrevem em um movimento de luta pelas palavras, cujo embate se efetiva na materialidade mesma das formulações que materializam a discursividade do movimento pelo Parto Humanizado.

Consideramos que os sentidos sobre a mulher e a maternidade são produzidos em três momentos inseparáveis, conforme Orlandi (2005, p.9): a constituição, a formulação e a circulação. O primeiro momento é o lugar da memória discursiva que, organizada pelo esquecimento, estabelece o já-dito como efeito, memória que se distingue da memória institucional ou da memória metálica nas quais a história é apreendida como documento de arquivo, ou seja, uma história que não esquece e que se oferece aos nossos olhos como transparente e não contraditória. Ao nos debruçarmos sobre o grande arquivo digital à procura de traços e vestígios do corpo da mulher, estamos considerando também o momento de circulação de sentidos constituídos pela/na memória metálica (ORLANDI, 2007) e pela circularidade dos dizeres acerca do feminino que essa memória produz. O que nos interessa, diante do grande arquivo digital, é apreender os sentidos possíveis para o corpo feminino tendo em conta o funcionamento opaco do próprio arquivo e a forma como ele nos oferece uma certa leitura da história do corpo e do parto, bem como do acontecimento de reivindicação de direito ao próprio corpo que perpassa a luta política das mulheres. Nosso gesto de leitura do arquivo desloca, portanto, o olhar de um corpo investido pelo coletivo da rua, um corpo em situação de manifestação, para um corpo investido pela memória metálica da tela, memória que satura e não esquece. É neste movimento que nos instalamos para constituir um *corpus* de pesquisa, é nele que recortamos e interpretamos o corpo e a maternidade.

1. Recortar o *corpus*, interpretar o corpo

“O recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-em-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva” (ORLANDI, 1984, p.14). Ele não é, então, imune aos objetivos da análise: pelo contrário, ele se modifica de acordo com o gesto particular do analista na sua relação com o arquivo. Da mesma forma, a incompletude e as condições

de produção do discurso fazem eco no gesto mesmo de recortar, operação na qual o analista coloca em relevo aspectos que dizem o discurso a partir de seu exterior. “O recorte é naco, pedaço, fragmento. Não é mensurável em sua linearidade” (ORLANDI, 1984, p.16), enfatiza a autora. A operação de recorte é, portanto, capaz de estabelecer a relação entre explícito e implícito, ou como preferimos nomear, entre visível e invisível, que na situação discursiva se delimitam mutuamente. Na forma com que recortamos nosso arquivo buscamos enfatizar, na constituição de nosso *corpus*, não apenas os modos como o corpo da mulher é formulado: procuramos também dar visibilidade aos momentos nos quais este corpo torna-se signo de reivindicação, isto é, instantes nos quais o corpo surge como forma de exercer uma exigência de liberdade. Recortamos, então, cenas nas quais o corpo da mulher parece funcionar como modo de exercício da prática política. Instalamo-nos, assim, na demanda de escuta e interpretação em relação ao corpo da mulher e da forma com que ele significa o parto e a maternidade no espaço das cidades.

No intervalo entre a língua e o discurso, o corpo se interpõe e irrompe como gesto a significar. O procedimento analítico pressuposto aqui conduz à compreensão do recorte como fragmento de um acontecimento, que nos permite constituir o *corpus* enquanto montagem, ou seja, instalações discursivas que “obedeçam a critérios que decorrem de princípios teóricos da análise de discurso, face aos objetivos de análise, e que permitam chegar à sua compreensão” (ORLANDI, 1999, p.63). Trata-se, então, de mostrar como um discurso funciona ao produzir efeitos de sentido, isto é, trata-se de colocar em relevo a rede de relações associativas implícitas ou as séries heterogêneas de enunciados que funcionam sob diferentes registros discursivos (PÊCHEUX, 2002). A montagem do nosso *corpus* se demarca, deste modo, a partir do acontecimento, objetivando sinalizá-lo, ou seja, é um procedimento que visa notabilizar o acontecimento compreendido como ponto de encontro de uma memória e uma atualidade (PÊCHEUX, 2002).

Consideramos, assim, a necessidade de se compreender um arquivo como “espaço polêmico das maneiras de ler” (PÊCHEUX, 1993, p. 57), arquivo cuja abrangência social vai abarcar regimes múltiplos de funcionamento de um objeto simbólico como o corpo, os quais implicam necessariamente um retorno ao arquivo compreendido em sua amplitude histórica, isto é, um trabalho ditado por seu próprio movimento e historicidade. Nosso *corpus* é composto, portanto, por recortes discursivos de diversas materialidades significantes que se articulam e se relacionam com o acontecimento das marchas pelo parto humanizado, materialidades cindidas

por uma particularidade: nelas o corpo da mulher é signo do embate de sentidos que recobre o acontecimento das marchas. Isto quer dizer que foi necessário (no confronto do *corpus* com ele mesmo) um trabalho do arquivo ao *corpus* e do *corpus* ao arquivo para definir o *corpus* enquanto sequência discursiva capaz de nos auxiliar na compreensão do corpo que nestes fragmentos da situação de discurso se inscreve como algo a significar. Esse gesto de movimento mostrou-se fundamental para a compreensão do confronto entre as posições discursivas inscritas na discursividades do parto humanizado e da forma como essas posições historicamente e ideologicamente se constituem. Recortamos, na pesquisa de pós-doutorado parcialmente relatada neste artigo, vídeos que narram o momento do nascimento de uma criança, procurando designá-los *videobiografias do parto*, além de fotografias e enunciados verbais que nos colocam em face de duas práticas discursivas distintas que tem lugar na imbricação dos espaços citadino e digital: a *escrita no corpo* e a *escrita do corpo*. Neste artigo, em particular, discutimos a escrita no corpo como gesto de autoria, procurando compreender a prática da militância que este gesto possibilita, a partir do dispositivo de leitura proposto pela Análise de discurso franco-brasileira.

2. As “Marchas pela Humanização do Parto” no espaço digital

Localizamos como ponto de partida de nossas análises as “Marchas pela Humanização do Parto” realizadas nos anos de 2010, 2012 e 2013 em diversas capitais brasileiras, consideradas, nessa nossa leitura, como formas de manifestação coletiva articuladas à discursividade do Parto Humanizado e à luta política das mulheres por direitos individuais no que concerne ao próprio corpo. Observamos, particularmente, a constituição e circulação dessas marchas no ciberespaço, ou seja, a forma como os dizeres que nelas se formulam se deslocam da rua para o espaço digital, compreendido como um grande arquivo onde muitos outros arquivos discursivos se encadeiam, se articulam e se costuram pelo modo como os gestos de leitura e escrita dos sujeitos discursivos se organizam através dos *links*, como enfatizam Romão e Benedetti (2008, p.4):

Se tomarmos arquivo discursivo como um campo de documentos sobre uma questão, tal qual a perspectiva discursiva o entende, temos na rede eletrônica uma articulação imensa de arquivos que podem ser inseridos, retirados, envelhecidos, deslocados, adulterados e

modificados ao modo como o sujeito discursivo estabelece com eles uma relação de leitura e de escrita.

Essas manifestações, ao se deslocarem para o ciberespaço, tomam a forma de postagens em redes sociais e blogs que são, em sua grande maioria, perpassados por *links*, especialmente *links* de *sites* noticiosos que trazem informações e fotografias sobre as marchas. No Facebook da “Marcha pela humanização do parto”, observamos postagens de divulgação das ações que acontecerão nas ruas como forma de interpelação das mulheres à prática política através de convites e chamamentos, além da publicação de fotografias e depoimentos sobre as manifestações de rua:



Figura 1 – Página da comunidade “Marcha pela humanização do parto”, acesso em 06/10/2014



Figura 2 – Manifestação em Campinas no Facebook da “Marcha pela humanização do parto”

Essas postagens nos colocam diante da necessidade de problematizar a relação entre a casa e a rua, o espaço privado e o espaço público, considerando que as novas tecnologias diluem as fronteiras entre eles, enfraquecem suas disparidades. Segundo Benjamin (1989, p.194), “as ruas são a morada do coletivo”. O autor completa: “O coletivo é um ser eternamente inquieto, eternamente agitado, que, entre os muros dos prédios, vive, experimenta, reconhece e inventa”. Na atualidade das casas contemporâneas, as janelas virtuais se abrem para a rua de tal forma que se torna difícil demarcar o dentro e o fora, o privado e o público. Entretanto, essa diluição de fronteiras e esse *efeito de coletividade* escamoteia um movimento contraditório de individuação do sujeito pela tecnologia, de modo que cada clique, cada curtida são ações singulares imputadas a um sujeito interpelado pela Tecnologia e que se identifica, na discursividade que analisamos, com uma posição-sujeito militante. Assim, as posições de militância que surgem inicialmente no espaço urbano se reterritorializam no ciberespaço, em um movimento que vai da rua ao virtual e do virtual para a rua.



Figura 3 – Página da comunidade “Marcha do parto em casa” no Facebook

Consideramos que há, no acontecimento das marchas, uma imbricação entre o digital e a rua que atribui uma nova configuração ao espaço público, configuração determinada pelo atravessamento das redes digitais nas formas de organização e manifestação dos movimentos sociais. Nesses termos, a fluidez das redes é um dos lugares, talvez o mais importante, de inscrição de manifestações públicas próprias ao Movimento pelo Parto Humanizado, compreendido como movimento social, ou seja, conjunto de práticas políticas cujo lugar de realização é o espaço citadino. Isso quer dizer que as formas sociais presentes nos acontecimento urbanos das marchas presentificam uma escrita profundamente afetada pelas novas tecnologias e pelo modo de vida das cidades, segundo Nunes (2013).

Durante o trabalho de seleção e montagem do *corpus*, deparamo-nos com outras marchas relacionadas ao movimento social em questão, como a “Marcha pelo parto em casa”³ e a “Marcha das parteiras”⁴. Além disso, encontramos reivindicações associadas à luta pelo direito de escolha em relação ao parto durante a “Marcha das vadias”, em 2013, bem como o posicionamento do grupo feminista Femen⁵ em um protesto contra a decisão do Conselho de Medicina do Rio de Janeiro em relação à punição de médicos que auxiliem as parturientes em partos domiciliares, protesto ocorrido em junho de 2012 em São Paulo. O trabalho do/no arquivo digital possibilitou examinar a forma como as marchas e manifestações de reivindicação de si circulam no espaço digital público urbano, espaço sobredeterminado pelas novas tecnologias e pela exibição de um tipo de militância que mantém uma profunda relação com a prática de autoria em relação ao próprio corpo, isto é, uma militância que se marca (ou se produz) no/pelo próprio corpo, como no protesto do grupo Femen ou na própria marcha das vadias em Recife:



Figura 4 – Protesto do grupo feminista Femen contra a decisão do CREMERJ

³ Disponível em: <http://www.cientistaqueviroumae.com.br/2012/06/marcha-do-parto-em-casa-como-tudo.html>. Acesso em 06/10/2014.

⁴ Disponível em: <http://maesdapatria.wordpress.com/2011/04/29/marcha-das-parteiras-2011/>. Acesso em 06/10/2014.

⁵ Disponível em: <http://porsimas.blogspot.com.br/2012/07/protestos-em-sao-paulo-contraproibicao.html>. Acesso em 06/10/2014.



Figura 5 – Marcha das Vadias de Recife, ocorrida em 31/05/2014⁶.

A presença de reivindicações próprias ao Movimento pelo Parto Humanizado em manifestações de outros grupos permitiu observar pontos comuns entre eles, inclusive em relação a enunciados que circulam amplamente tanto em manifestações e passeatas do movimento que analisamos quanto em passeatas como a “Marcha das vadias”, como por exemplo: “meu corpo, minhas regras”, “meu corpo, minhas escolhas” etc. Isso talvez sinalize a presença de uma pauta comum aos diferentes movimentos de emancipação feminina, mesmo que, em larga medida, eles se afastem nos modos de praticar a militância. É importante dizer, ainda, que o Movimento pelo Parto Humanizado é um movimento social cuja organização se apresenta de forma difusa e não centralizada. Como não há um órgão ou entidade específicos que organizem as pautas e respondam pelas reivindicações, a militância de pequenos grupos e ONGs que defendem a causa mostra-se fundamental no que diz respeito ao ativismo político dessas mulheres. Muitos blogs e páginas pessoais de mulheres que se identificam e defendem a pauta política do movimento apresentam práticas pouco articuladas ao movimento como um todo e, de certo modo, solitárias em relação ao grupo. Embora não seja nosso foco de interesse, muitos blogs tem um papel basilar na divulgação de manifestações, informações e ações afirmativas relevantes para o movimento. O caráter pessoal e particular de postagens e comentários de mulheres envolvidas com a causa do parto humanizado certamente define e estrutura esse modo de exercer a militância, marcando o movimento com a singularidade dessas mulheres que, através de relatos e vídeos (no que concerne à pesquisa de pós-doutorado em questão, especialmente relatos e vídeos de parto), exercem uma forma de “ativismo digital” a partir de um dizer sobre/do próprio corpo.

⁶ Disponível em: <http://portaltagit.ne10.uol.com.br/lifestyle/18664/vadias-e-livres/>. Acesso em 06/10/2014. A fotografia foi alterada para preservar a imagem da criança.

3. O acontecimento das “Marchas pela humanização do parto”

O trabalho de formulações (retomadas, investidas, deslocamentos) presente nas marchas e manifestações pela humanização do parto prefigura discursivamente seu acontecimento, dando-lhe forma e figura (PÊCHEUX, 2002, p.20). Tais formulações nos permitem ver o jogo oblíquo de denominações que constituem a opacidade deste acontecimento discursivo, através de enunciados que estabelecem entre si uma relação interparafrástica:

“Meu corpo, meu parto”

“Meu corpo, minhas escolhas”

ou

“O parto é meu”

“O parto é nosso”⁷



Figura 6 – Grito de guerra das Marchas pela Humanização no Parto⁸

⁷ Disponível em:

<http://www.newsrondonia.com.br/noticias/marcha+pele+parto+humanizado+tomara+as+ruas+de+porto+velho/21051>. Acesso em 10/09/2014.

⁸ Disponível em: <http://anapaulabatista.com.br/wp-content/uploads/2012/06/marcha13.jpg>. Acesso em 10/09/2014



Figura 7 – A escrita no corpo na Marcha pela Humanização do Parto em São Paulo⁹



Figura 8 – Marcha no Rio de Janeiro em 05/08/2012¹⁰

Muitas dessas formulações apresentam uma particularidade em relação ao suporte gráfico: entre cartazes e faixas, esses enunciados comparecem impressos também no corpo das mulheres presentes na marcha, estampando com esses dizeres seus ventres. A materialidade discursiva dos enunciados permite ver uma regularidade em relação ao uso dos pronomes possessivos “meu” e “nosso”, formulações produzidas como reivindicação do corpo próprio e que presentificam um anseio por um tipo particular de liberdade em relação ao corpo, a liberdade de escolha no que concerne ao parto. Essa passagem do individual (eu) ao coletivo

⁹ Disponível em: <http://www.icnet.com.br/Nacional/2013/10/marcha-pelo-parto-humanizado-reune-400-maes.html>. Acesso em 10/09/2014.

¹⁰ Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/galeria/2012-08-05/entidades-em-defesa-do-parto-humanizado-e-dos-direitos-reprodutivos-das-mulheres-promovem-marcha-na-o>. Acesso em 06/10/2014.

(nosso) constitui o acontecimento das marchas como enunciação coletiva, produzindo um efeito de coesão grupal, embora grande parte dos enunciados apareça em primeira pessoa (meu corpo, minha regras, meu parto), construindo-se, assim, como uma afirmação do eu na qual o sujeito se individualiza¹¹ ao negar o discurso do outro (no caso, o discurso médico, mas também o discurso machista). No encontro do contexto de atualidade com o espaço de memória que o acontecimento das marchas convoca, organizam-se dizeres que defendem um direito da mulher em relação às próprias escolhas corporais, dizeres que se inscrevem a partir de posições de militância em defesa da causa do movimento.



Figura 9 – O parto humanizado na Marcha das Vadias, em 2013¹².

Ainda sobre os enunciados, diremos que eles se sustentam em uma “falsa-aparência” de um “real natural-social-histórico homogêneo”, uma vez que estão articulados a uma rede de proposições lógicas do tipo: “Meu corpo, portanto, meu parto” ou “Meu corpo, logo, meu parto” que, entretanto, dissimulam uma contradição fundamental que toma forma no próprio corpo da mulher, no gesto mesmo de sua reivindicação. O que quero dizer é que reivindicar um direito sobre o próprio corpo guarda uma opacidade que encobre, por assim dizer, a equivocidade do acontecimento das marchas. Ou seja, essa reivindicação faz ver uma contradição

¹¹ Compreendemos a individuação (ou individualização) conforme Orlandi (2012), quando afirma que, em nossa formação social capitalista, o sujeito, interpelado pela ideologia e constituído em forma-sujeito, é individualizado pelo Estado através das instituições e dos discursos, resultando, assim, em um sujeito responsável e dono de seu próprio corpo.

¹² Disponível em: <http://www.mulherquecorrecomlobos.com.br/gestacao/marcha-das-vadias-2013/>. Acesso em 06/09/2014.

fundamental que diz respeito à distância que separa um enunciado que explicita a posse de algo (“o corpo é meu!”) e uma enunciação que efetua a ação de solicitar algo que se possui por direito, um esforço por recuperar algo que está em posse de outro. Essa distância contraditória nos coloca em face de um questionamento importante, pois nos permite uma série de indagações acerca dos poderes que subordinam, em nossa formação social, o corpo de uma mulher. Afinal, quem decide sobre o corpo, o parto e a sexualidade de uma mulher?

Ao abordar a identificação, Pêcheux esclarece que o que está em jogo é a forma pela qual “todo sujeito ‘se reconhece’ como homem, ou também como operário, empregado, funcionário, chefe etc., ou ainda como turco, francês, alemão etc., e como é organizada sua relação com *aquilo que o representa*” (PÊCHEUX, 2009, p.108). Diremos que, diante da materialidade específica do discurso de um movimento social como Movimento pelo Parto Humanizado, textualizada nos enunciados formulados nas marchas, particularmente no enunciado “Meu corpo, meu parto”, a relação de implicação (lógica) entre parto e corpo funciona metonimicamente da parte (parto) ao todo (corpo), produzindo uma significação de parto como acontecimento fisiológico relativo ao corpo, naturalizando, portanto, o parto como algo da ordem de uma “naturalidade” própria ao corpo da mulher. O equívoco impede de ver que as tecnologias de parturição são, assim, construções sócio-históricas cujos funcionamentos dependem fundamentalmente da “eficácia do imaginário” (PÊCHEUX, 2009, p.109), e que o parto é, sobretudo, um acontecimento do corpo cujos sentidos são constituídos historicamente por relações de poder. Significá-lo, então, como evento biológico o reduz em sua dimensão política. Esvaziamento do político.

Retomando as “evidências subjetivas” que atravessam tanto os enunciados quanto suas enunciações materializadas no acontecimento das marchas, diremos que estes enunciados que percorrem o acontecimento funcionando como palavras de ordem ou gritos de guerra (“O corpo é meu!” e “O parto é meu!”) se assentam, por assim dizer, em uma evidência primeira: uma suposta coincidência entre corpo e sujeito. Tal “evidência subjetiva” é compreendida não como “que afetam o sujeito”, como apontou Pêcheux (2009, p.139), mas “nas quais se constitui o sujeito”, e está relacionada ao caráter comum das estruturas-funcionamentos da ideologia e do inconsciente, daí seu caráter equívoco e contraditório, já que elas (as evidências) nos colocam diante da difícil distinção entre sujeito, compreendido aqui como efeito de discurso, e seu corpo, que, conforme Orlandi (2012), é a materialidade do sujeito (e

não seu suporte, definição que o reduziria ao biológico). É nesse sentido que compreendemos o “corpo encarnado”, não em relação à separação cartesiana entre corpo e alma na qual o corpo é a encarnação da alma, mas na forma como o corpo é a encarnação de um sujeito constituído, ele mesmo, por processos ideológicos e inconscientes. Trata-se, pois, de um corpo encarnado de palavras, já que ungido pelo simbólico, e como tal também corpo imaginário, forma material na qual se realiza o confronto com o real a atravessá-lo e esburacá-lo, produzindo nele fissuras, fendas. Notadamente, pela compreensão desse corpo encarnado, afastamo-nos, pela relação com as ordens lacanianas do real, do simbólico e do imaginário, de uma compreensão de corpo empírico ou corpo-organismo.

A evidência do sujeito como único, insubstituível e idêntico a si mesmo, o fato de que é evidente de que sou a única pessoa que posso dizer “eu” a falar de mim mesmo encenada no pequeno teatro teórico da interpelação ideológica nos coloca em face da mesma resposta absurda e natural “Sou eu!” à indagação sobre esse corpo encarnado que sente e deseja, sofre o goza. “É o meu corpo!”, respondemos diante do espelho. E “naturalmente”, não haveria outra resposta que não soasse puro delírio ou realidade falsificada. Essa evidência do corpo próprio não deixa ver que o corpo resulta, ele mesmo, de processos de “identificação-interpelação do sujeito, cuja origem estranha é, contudo, estranhamente familiar” (PÊCHEUX, 2009, p.142). Ou para dizer de outro modo, há o incontornável do corpo nos mostrando que o sujeito goza e deseja, corpo no qual o biológico comparece erotizado, constituído por zonas erógenas que demandam o desejo do Outro (LACAN, 1998). “Corpo sem órgão”, diria Deleuze (1996), posto que nele o biológico é sobreterminado pela pulsão e pela linguagem. Ou seja, o corpo biológico é investido simbolicamente pelo outro, tornando-se, neste processo de alteridade radical, corpo pulsional. “Somos sempre-já sujeitos”, ensinou Michel Pêcheux. Sujeitos de discurso e de desejo, encarnados em um corpo que só se constitui neste processo do Significante, na relação a um Outro que erotiza o corpo, pela linguagem. Isso quer dizer, então, que o corpo que é vivido como próprio se constitui nesta relação de um outro a um Outro, que é também “um processo do Significante na interpelação e na identificação” (PÊCHEUX, 2009, p.124). Se, conforme Pêcheux, o “Sujeito, com S maiúsculo – sujeito absoluto e universal -, é precisamente o que J. Lacan designa como o Outro”, então os processos de constituição do corpo deste sujeito interpelado são também processos atravessados pela ideologia e pelo inconsciente.

4. Notas finais: corpo, autoria e militância

Neste artigo, abordamos a *escrita no corpo* formulada no acontecimento das “Marchas pela humanização do parto” como um gesto de autoria frente ao próprio corpo, no qual há um modo de praticar a função-autor que desloca os lugares tradicionais de inscrição dos porta-vozes e colaboradores do Movimento, uma vez que dilui as posições de enunciação ao dar voz a mulheres anônimas cujos corpos são investidos pela escrita.

A digitalização de uma escrita corporal manual, ou para dizer de outra forma, o deslocamento das marchas da rua para o ciberespaço aponta para uma forma de militância atribuída a gestos particulares e singulares de mulheres que lutam pela causa do movimento. Este deslocamento prefigura a posição da mulher ativista, aquela que expõe seu corpo ao praticar nele uma escrita que é, também, uma prática política. A discursividade do parto humanizado coloca em jogo uma posição-sujeito que, confrontada com a medicalização e instrumentalização social do corpo feminino, reclama um direito de autonomia em relação às decisões que toma para si. Ela constitui sentidos para os corpos das mulheres que se encontram vinculados a um sujeito marcado pelo idealismo: um sujeito consciente e controlador de seu próprio corpo, que reivindica um direito de decisão sobre sua corporalidade. O gesto de reivindicação sobre o corpo próprio enseja, ele mesmo, uma responsabilização sobre si. Esse imaginário, que sustenta as discursividades cujas condições de produção são marcadas pelo neoliberalismo e pela globalização, conduz à negação do político, uma vez que funciona de modo fragmentário, por meio de processos de individuação dos sujeitos, mesmo que, por vezes, produza efeitos de sentido de coletividade.

A consideração da escrita no corpo como gesto simbólico permite compreender o modo como o político se exerce (ou se apaga) no espaço urbano, pois implica um exercício da função-autor no qual o corpo é imediatamente colocado. Escrever no próprio corpo torna-se, então, gesto de militância, embora imputado a um sujeito mulher já interpelado e constituído em forma-sujeito de direito. A evidência de que essas mulheres possuem “direitos individuais” se sustenta em um saber produzido em um outro lugar e que se inscreve na memória das grandes revoluções burguesas do século XVIII, quando o indivíduo passa a ser considerado pessoa humana detentora de direito e deveres, um sujeito de direito. O direito de escolha em relação ao parto é formulado, nessas discursividades que o reivindicam, como um direito natural já que inerente ao humano, e mantém relação com os direitos individuais

básicos previstos no artigo cinco da Constituição Federal: direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Essa produção do corpo como direito natural dissimula, como insistiu E. Balibar, as relações de classe através do próprio mecanismo que a realiza, “de modo que a sociedade, o Estado e os sujeitos de direito (livres e iguais em direito no modo de produção capitalista) são produzidos-reproduzidos como evidências naturais” (PÊCHEUX, 2009, p.134).

Referências

BENJAMIN, W. **Um lírico no auge do capitalismo**. Trad. José Carlos Barbosa e Hemerson Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DELEUZE, G. ; GUATTARI, F. **Mil platôs**. São Paulo: Editora 34, 1996.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

LACAN, J. **O seminário - livro 11: quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998.

NUNES, J. H. **Marchas urbanas: das redes sociais ao acontecimento**. In: PETRI, V. ; DIAS, C. **Análise de Discurso em Perspectiva. Teoria, método e análise**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2013.

ORLANDI, E. P. **Segmentar ou recortar?** In: **Linguística: questões controversias**. Publicação do curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades de Uberaba, 1984.

_____. (Org.). **Cidade Atravessada: Os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas (São Paulo): Pontes, 2001.

_____. **Discurso e Texto: formulação e circulação de sentidos**. 2. ed. Campinas (São Paulo): Pontes, 2005.

_____. **Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5. ed. Campinas (São Paulo): Pontes, 2007.

_____. **Discurso em Análise. Sujeito, sentido, ideologia**. Campinas: Ed. Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. **Ler o arquivo hoje**. In: ORLANDI, E.P. (org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

_____. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas (São Paulo): Pontes, 2009.

_____. **Análise de Discurso:** Michel Pêcheux. Campinas (São Paulo): Pontes, 2011.

ROMÃO, L. ; BENEDETTI, C. **A navegação do sujeito no discurso jornalístico impresso e eletrônico.** In: Verso e Reverso. São Leopoldo, v. 22, 2008. Disponível em: www.revistas.univerciencia.org/index.php/versoereverso/article/view/5757. Acesso em 04 de fev. 2014.